SUPORT-ES

ACONTECE NO CAIS

BOLETIM INFORMATIVO DO SINDICATO UNIFICADO DA ORLA PORTUÁRIA

33 ANOS DE UNIFICAÇÃO 1993 › 2026

Jornalista Cristiane Brandão : : 23 de outubro de 2026

A LIBERDADE MASCARADA DE ESCRAVIDÃO: NEGOCIAÇÃO DIRETA COM O PATRÃO E O FIM DOS SINDICATOS ENFRAQUECE O TRABALHADOR

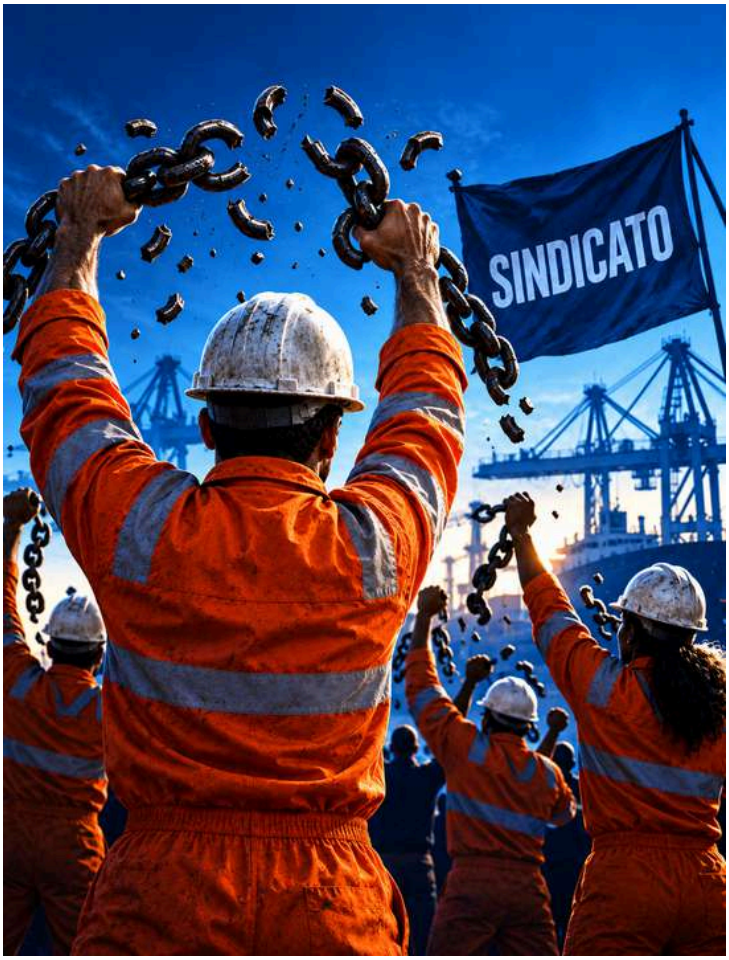
Nas diretrizes do plano de governo de Flávio Bolsonaro, a retórica contra a representação coletiva surge sob o slogan "O trabalhador em primeiro lugar, não o sindicato". O texto prega o combate à suposta "República Sindical" e defende a "liberdade" das relações individuais de trabalho. No entanto, por trás dessa roupagem de modernidade e autonomia individual, esconde-se a estratégia de **isolar o trabalhador diante do poder econômico dos contratantes**.

Ao atacar a unicidade e a estrutura sindical, a proposta constrói a narrativa de que o sindicato seria um obstáculo ao progresso do trabalhador. Contudo, na prática trabalhista, o **enfraquecimento das entidades sindicais elimina o principal escudo de negociação coletiva**. Sem o apoio sindical, o trabalhador perde o poder de barganha para exigir pisos salariais, condições adequadas de segurança, reajustes anuais e limites à carga horária.

É simples: **a negociação individual não ocorre entre iguais**. O empregador detém o capital, o poder de direção e a capacidade de demitir, enquanto o trabalhador depende do salário para sua subsistência básica e de sua família. **Sem a proteção de leis trabalhistas com a Justiça do Trabalho e a mediação dos sindicatos fortes, o trabalhador fica vulnerável a aceitar condições desfavoráveis por medo de perder o emprego ou não conseguir pagar as contas**.

A contradição do discurso de Flávio fica evidente na postura legislativa da extrema-direita e de seus aliados. Enquanto o plano de governo afirma querer "proteger quem trabalha", parlamentares desse grupo articulam no Congresso para travar pautas históricas da classe trabalhadora. Decidiram aprovar a escala 6x1, mas Flávio já disse que vai mudá-la depois.

Sob o pretexto de defender a "livre negociação" ou a "liberdade de jornada", a manutenção de jornadas exaustivas e sem compensação adequada expõe o real objetivo: precarizar o trabalho e fragilizar a organização coletiva para manter margens de lucro sem contrapartidas sociais.



Ao tentar substituir a representação sindical por promessas governamentais ou negociações diretas entre desiguais, **o trabalhador é empurrado para a informalidade e a uberização sem direitos**, onde a "liberdade" se resume à escolha entre submeter-se a condições precarizadas ou enfrentar o desemprego.

O **sindicato existe para equilibrar a relação de forças** e assegurar um patamar mínimo de dignidade e direitos que o trabalhador não dependa da "boa vontade" do empregador.